

RELATÓRIO

REUNIÕES DA ADPEP
COM OS CANDIDATOS
AO GOVERNO DO PARÁ



HÉLDER BARBALHO . MARCIO MIRANDA . FERNANDO CARNEIRO

BELEM . PA . BRASIL

ADPEP PARÁ

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS
DO ESTADO DO PARÁ

ÍNDICE

DOS CINCO CANDIDATOS CONVIDADOS, TRÊS ACEITARAM O CONVITE DA ADPEP E FORAM À REUNIÃO

01 PALAVRA DA
PRESIDENTE

02 APRESENTAÇÃO

03 REUNIÃO COM
FERNANDO CARNEIRO

04 REUNIÃO COM
HELDER BARBALHO

05 REUNIÃO COM
MÁRCIO MIRANDA



RELATÓRIO

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO PARÁ
(91) 99200-8388 | ADPEP@ADPEP.ORG.BR

WWW.ADPEP.ORG.BR

1. PALAVRA DA PRESIDENTE

Caro (a) associado (a),

Considerando o momento histórico pelo qual a Defensoria Pública está passando, de importante afirmação e necessário crescimento institucional, a Diretoria da ADPEP reconheceu como indispensável o diálogo com os candidatos ao governo do Estado do Pará, para conscientizá-los de demandas institucionais importantes e que dependerão de uma atuação firme e colaborativa do chefe do executivo, à altura da importância constitucional do órgão e da relevância de seu papel social como instituição de Estado e não de governo.

Assim, para dar voz aos associados (as), demos a oportunidade para que cada um (a) enviasse perguntas aos candidatos, e, após, a diretoria compilou as perguntas e agendou encontro na sede da ADPEP com aqueles que responderam ao nosso contato.

As reuniões foram um marco importante na história da ADPEP, e a ida dos candidatos até a sede da associação demonstra a importância da instituição e dos Defensores Públicos, agentes de transformação social.

Na oportunidade, a Diretoria representou a voz das associadas e associados, fazendo um demonstrativo da situação da Defensoria no cenário nacional e estadual, ressaltando a necessidade de expansão da instituição considerando os termos da EC 80, que perpassa inclusive pelo indispensável aumento orçamentário, a fim de dar maior equilíbrio entre as instituições indispensáveis à função jurisdicional do estado, e, principalmente, para que a prestação de assistência jurídica chegue a todos os cidadãos paraenses em situação de vulnerabilidade, o que é fundamental para a diminuição das desigualdades sociais, empoderando o cidadão com a efetivação de direitos.

Durante as reuniões ainda foram feitas as perguntas previamente formuladas com a participação dos associados, momento em que os candidatos firmaram compromissos com a categoria. Todas as falas foram gravadas e documentadas pela assessoria de comunicação da ADPEP, e seguem em anexo para que todos os associados tenham acesso às respostas, bem como aos vários registros feitos durante os eventos.

Boa eleição para todas e todos!

MONICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS
Presidente

2. APRESENTAÇÃO

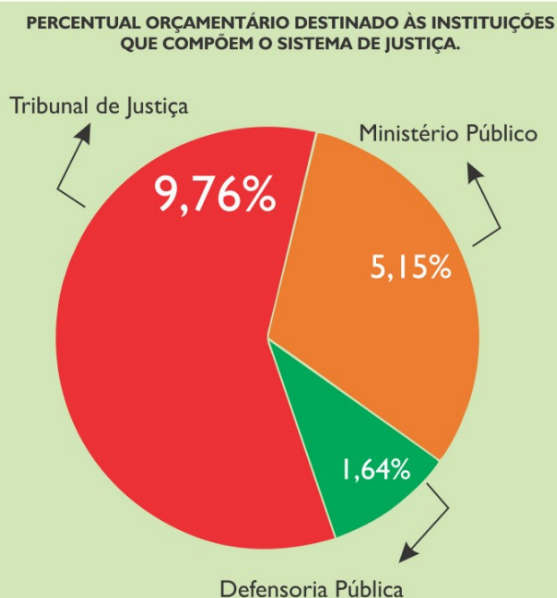
A Diretoria da Associação dos Defensores Públicos do Pará (ADPEP) convidou os cinco candidatos ao governo do Pará para o encontro na sede da associação. Três deles aceitaram o convite: Fernando Carneiro (PSOL), Hélder Barbalho (MDB) e Marcio Miranda (DEM). A ADPEP agradeceu a deferência dos candidatos de irem até a Associação e conversar sobre a instituição Defensoria Pública e o cenário político-social e jurídico do qual faz parte.

Aos candidatos foi demonstrada a desigualdade na distribuição orçamentária do Estado e o diminuto número de membros que compõem os quadros de membros e servidores do Órgão que, na sua atuação concreta de acesso à justiça e diminuição das desigualdades sociais, têm enfrentado muitas dificuldades nas suas lutas institucionais para melhor desenvolver sua missão nos municípios do estado do Pará ante a ausência da implementação da EC 80/2014.

A EC 80 estipula como prazo para até 2022 o Poder Público universalizar o acesso à Justiça e ter Defensores Públicos em todos os municípios do Estado. Atualmente o Pará possui 144 municípios e no ano de 2017 somente 72 municípios estavam sendo atendidos pelo órgão defensorial. É evidente a desvantagem da Defensoria Pública no Pará no que concerne a quantidade de membros: o Estado conta com 352 Juízes e Desembargadores, 348 Promotores e Procuradores e apenas 245 Defensores Públicos.

Além disso, é necessário encontrar formas de adequar o percentual orçamentário destinado às instituições que compõem o sistema de Justiça, pois a Defensoria Pública detém apenas 1,64% do orçamento, enquanto o Tribunal de Justiça tem 9,76% e o Ministério Público 5,15%.

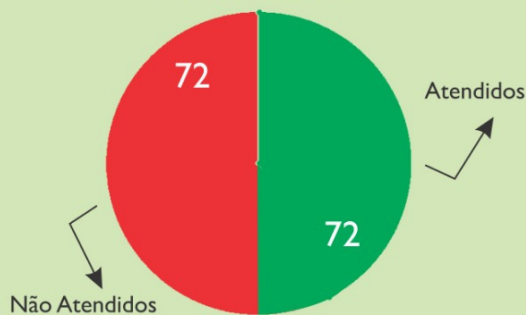
CONFIRA ABAIXO A DISCREPÂNCIA ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS CARREIRAS AUTÔNOMAS QUE COMPÕEM O SISTEMA DE JUSTIÇA, O QUE DIFICULTA O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO CARENTE DO ESTADO DO PARÁ.



EC 80
O Poder Público tem até 2022 para universalizar o acesso à Justiça e ter Defensores Públicos em todas as comarcas do País. Art. 98 § 1º e 2º da ADCT.

INTERIORIZAÇÃO DOS SERVIDOS PRESTADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA.

144 MUNICÍPIOS DO PARÁ



ATENDIMENTOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

2017

710.472

*Fonte: Relatório da Gestão da Defensoria Pública de 2017, pág. 34.

FERNANDO CARNEIRO (PSOL)

REUNIÃO NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 2018

O Psol definiu Fernando Carneiro como candidato a governador do Pará em 1º de agosto, no auditório do Hotel Sagres, em Belém. A candidata a vice é a historiadora Tati Picanço.

Fernando Carneiro é militante socialista com trajetória nos movimentos sociais. É historiador, formado pela Universidade de São Paulo (USP), tem licenciatura Plena pela Faculdade de Educação (USP) e pós-graduação em Políticas Sociais pela Universidade da Amazônia (Unama).

Na adolescência, participou do processo de reorganização do movimento estudantil paraense no início dos anos 80.



RELATÓRIO

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO PARÁ
(91) 99200-8388 | ADPEP@ADPEP.ORG.BR

WWW.ADPEP.ORG.BR

FERNANDO CARNEIRO:

“

**A DEFENSORIA
PÚBLICA SERÁ
PRIORIDADE
DO GOVERNO**

”

Foi explanado ao candidato Fernando Carneiro acerca dos desníveis orçamentários comparando o orçamento da Defensoria Pública e de outros órgãos da Justiça no Pará. Além disso, foi mostrado a ele que, em mais da metade dos municípios do estado, não há Defensoras e Defensores Públicos.

O candidato destacou a importância da instituição para garantir os direitos à população mais pobre e se comprometeu a realocar recursos para ampliar e fortalecer a atuação da Defensoria. "O que a gente percebeu aqui foi que existe uma sobra de recursos, entre a sobra do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, mais de cem milhões de reais no ano passado. Isso poderia já ensejar uma realocação para a Defensoria pública, que é, digamos assim, a 'irmã pobre' entre esses três entes", disse.

"Existe uma parte do orçamento que, para o chefe do executivo, é possível fazer uma realocação. Isso pode ser feito sem passar pelo legislativo, pois o legislativo já o autoriza em determinado percentual fazer essa realocação. Já existe na própria votação da lei orçamentária uma decisão do poder legislativo autorizando o chefe do executivo a fazer isso. Isso não seria permanente. Seria para aquele exercício da lei orçamentária", explicou.

Foi questionado ainda qual o olhar do candidato para a Defensoria Pública como órgão essencial para o Estado, por ter várias vertentes, não apenas penal, mas familiar, do consumidor, direitos humanos, grupos mais vulneráveis. Ele disse que a Defensoria Pública será prioridade do governo, mas iniciativas de caráter transitório, ou que visem suprir uma falha da Defensoria, em algum momento, não podem ser descartadas.

No que tange à Emenda Constitucional 80, o candidato assumiu o compromisso no sentido de garantir a implantação da EC, tendo como meta a universalização do acesso à justiça aos segmentos mais vulneráveis socialmente do Estado. Ele se colocou à disposição para dialogar com os Defensores Públicos. "No nosso governo o orçamento público será realizado principalmente por meio de debates com a população em processos de estímulo à democracia direta. Sendo assim, espera-se aumentar o orçamento da Defensoria, e, conseqüentemente, aumentar o equilíbrio, visto ser necessário que o orçamento atenda aos interesses da maioria da população. Espera-se cumprir os ditames da EC ao menos em 2 anos", disse.

Ainda segundo Fernando Carneiro, será assegurado o repasse do duodécimo referente à dotação orçamentária da Defensoria Pública do Estado no prazo e percentual previstos.

Quando questionado se irá se comprometer com o respeito à Autonomia Administrativa, Funcional e Financeira da Defensoria Pública do Estado, sem realizar ingerências indevidas em suas decisões internas, bem como nas atuações judiciais, o candidato disse que as normas constitucionais serão respeitadas no seu governo. "A autonomia administrativa, funcional e financeira da Defensoria Pública é necessária para que seu funcionamento seja coerente com os interesses da população paraense", disse.

Finalizando, Fernando Carneiro frisou que nenhuma política pública será realizada no seu governo sem um amplo debate democrático, com participação da sociedade civil em conselhos.

HELDER BARBALHO (MDB)

REUNIÃO NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2018

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) realizou convenção no dia 4 de agosto e anunciou Helder Barbalho como candidato a governador do Pará, e Lúcio Vale como candidato a vice-governador.

Helder Zahluth Barbalho nasceu em Belém em 1979 e atualmente é o presidente estadual do MDB.

Ele é graduado em Administração e pós-graduado em Gestão Pública. O candidato também é ex-ministro da Integração Nacional.



RELATÓRIO

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO PARÁ
(91) 99200-8388 | ADPEP@ADPEP.ORG.BR

WWW.ADPEP.ORG.BR

HELDER BARBALHO:

“

**A DEFENSORIA
É UMA DESSAS
ATIVIDADES
CENTRAIS E
PRIORITÁRIAS**

”

O candidato foi questionado qual a sua visão acerca da possibilidade de atuação conjunta entre a Defensoria e o Poder Executivo respeitando a autonomia, a independência funcional na atuação na redução das desigualdades sociais, levando mais cidadania ao povo do Pará. Hélder disse que tem o desafio de criar uma cultura de proximidade dos serviços da população.

“Vivemos a distância entre a população e os órgãos responsáveis por cada área. Isso tem transmitido um sentimento de orfandade. E nós não podemos continuar com isso. Eu assumi um compromisso como ponto central de campanha, de fazer um governo presente. Isso deixa claro o intuito de deixar as políticas públicas próximas da população”.

Helder disse que, se tratando de um estado com tamanha dimensão territorial e com as peculiaridades de cada região, não se deve medir esforços para a chegada até a população. “O serviço promovido pela Defensoria se coaduna com os serviços que a população espera. Que nós possamos promover a chegada desses serviços através de mutirões às pessoas e não partir da premissa que os cidadão que têm que ir atrás dos serviços do nosso estado”.

“Como garantir que um membro de uma comunidade quilombola em Oriximiná vá chegar a Santarém para ter acesso a um determinado serviço? Isso é desconhecer a realidade. Com eficiência na estratégia de gestão devemos verificar quais são as demandas de cada região para priorizar a presença dos serviços demandados pela sociedade. Eu assumo um compromisso com vocês de que nós trabalharemos juntos. Todos nós temos que sair da zona de conforto de imaginar o seguinte: temos as nossas dotações orçamentárias, cada um tem o seu regramento e as suas missões. Mas isso tem sido efetivo? Isso tem garantido a universalização da chegada dos serviços? É utópico falar em universalização? Mas só não podemos nos acomodar”.

Explicou-se ao candidato que foi criado na Defensoria Pública o Núcleo Fundiário, a partir de uma preocupação com essa demanda. Só que é um trabalho complicado, pois a demanda é grande. Frisou-se, então, a importância da parceria do Estado com a Defensoria Pública, que tem instrumentos para regularizar essas áreas, que é o Estatuto da Cidade, que atualmente pouco se usa. Hélder, por sua vez, destacou que em sua gestão na Prefeitura de Ananindeua foram dados 13 mil títulos de propriedade. Foi destacado que é possível fazer, por meio da Lei da Reurb-S, essa regularização extrajudicial. E não há dispêndio orçamentário. A Defensoria já entrou com seis pedidos de Reurb-S na capital, de grandes comunidades que estão com imóveis sem regularização. A Defensoria já atua nesse âmbito e tem a intenção de fortalecer cada vez mais a regularização fundiária como uma política da Defensoria.

Hélder disse que, desde quando o senador Jader deixou o estado, não há política de regularização fundiária e urbana no Pará. “A Cohab se restringe hoje à entrega de cheque-moradia, e em período eleitoral. Não sou eu que digo isso, é o Ministério Público e a Justiça Eleitoral que cassou o governador pelo uso na campanha de 2014. Nós devemos, com a parceria e presença da Defensoria Pública, retomar esse assunto”.

Foi exposto ainda ao candidato que, de acordo com as diretrizes da Emenda Constitucional 80, de 2014, está regulamentada constitucionalmente a presença de um Defensor Público em cada comarca para que o acesso do cidadão seja garantido. Questionou-se qual a proposta, o compromisso com a Defensoria Pública, para que o acesso à Justiça seja garantido ao cidadão em toda a amplitude da defesa. Helder disse que esta realidade da Defensoria não é exclusiva desse órgão e claramente há uma defasagem funcional e remuneratória em diversos setores da administração pública do Estado.

“Isso me preocupa bastante. Ora você discute com policiais militares, ora com professores, ... Eu tenho que fazer uma avaliação muito responsável de qual é a capacidade que o Estado possui para fazer frente a este nível de custeio que tenhamos que enfrentar. Nós precisamos fazer uma avaliação global do tamanho do estado, para que possamos ter prioridade na atividade fim e eficiência na atividade meio para permitir a entrega dos serviços para a população”.

“Não estou dizendo isso querendo fugir, mas, a orientação que eu darei à equipe sendo governador, é de que possamos encontrar soluções para que possamos diminuir a estrutura do Estado. Estamos próximos a 70 instituições entre órgãos, companhias, empresas, secretarias, ... Precisamos ter avaliação onde restringir para nos permitir ter disponibilidade orçamentária para aquilo que é atividade central e prioritária, e a Defensoria é uma dessas atividades centrais e prioritárias. Que nós possamos fazer concursos públicos que possam suprir essa universalização dentro do Estado”.

“Eu me comprometo com vocês. É o que tenho dito às outras categorias: nós temos a missão e a obrigação de primeiro fazer uma verificação clara da situação orçamentária do Estado. Não temos clareza quanto a isso. E a partir disso vamos sentar com vocês para que vocês possam cooperar conosco em escala com o processo de ampliação desta cobertura para que possamos cumprir com essa determinação constitucional até o fim de 2022”.

Foram expostos ao candidato dados que demonstram que um dos principais focos da Defensoria Pública é a atuação extrajudicial. Ela vem se demonstrando uma forma eficaz e barata de resolver um problema social. Resolve-se conflitos muitas vezes com uma conversa, um ofício, uma chamada para negociar. Esses dados demonstram que, ainda que o orçamento seja extremamente reduzido, os Defensores Públicos conseguem dar retorno extrajudicial. Alguns dados mostram que, de cada um real investido na Defensoria Pública, aproximadamente 60 centavos retornam para o estado em forma de economia em outros setores.

Ocorre que, onde não há Defensores, paga-se a advogados para atuarem. E esse modelo é muito mais caro do que investir na Defensoria Pública. Hélder disse que o ideal é o Estado necessário, diminuindo o custo e ampliando a eficiência. “Acho que determinadas funções, a carreira, devem ser preservadas, porque são interesses do Estado e que você precisa ter uma padronização e o mínimo de segurança institucional a respeito dessas funções. Comungo das ponderações feitas por vocês, não só pela questão financeira, mas também porque acho que determinadas funções você precisa valorizar a função de carreira”.

Hélder disse que vai discutir com a Defensoria Pública a necessidade de investimentos em quatro anos. “Temos que discutir também o tipo de parceria que pode ser feita. Se eu não consigo universalizar com a estrutura física da Defensoria, posso estabelecer parcerias com os municípios para viabilizar a presença. Acho que precisamos ter estratégias”.

Hélder também disse como pretende equilibrar a balança da Justiça diminuindo a diferença orçamentária entre os três órgãos, falou acerca do duodécimo a ser pago e que se compromete com o respeito à autonomia administrativa, funcional e financeira da Defensoria Pública.

“Respeito o papel de cada instituição e buscarei ter a melhor relação dentro da lógica da prerrogativa e da relação em que os Defensores Públicos e a Defensoria possam cumprir com o seu papel sem que haja interferência que venha a lesar o papel e a essência. Quanto ao percentual e às garantias, desejo ter a oportunidade de ser governador para preservar as conquistas e ampliá-las, e não para retrocedê-las. Eu não me colocaria numa função dessa magnitude para desconstruir aquilo que já se possui de avanço. Acho que a nossa missão é só avançar”.

Helder frisou que há de se ter cuidado, porque há uma cultura política de, no período eleitoral, se falar tudo que as pessoas desejam ouvir, só que essa conta chega mais cedo ou mais tarde. “Vocês têm o meu compromisso de que nós vamos valorizar a Defensoria e de que vamos fazer um diagnóstico rápido da realidade do Estado para que nós possamos repensar o tamanho deste estado e partindo da premissa de que a Defensoria é parte central. Então vocês estarão preservados da lógica dos órgãos que eventualmente estão em um protagonismo secundário na minha gestão. Elevação de percentual, nós vamos buscar isso, mas eu confesso que temos que ter muita responsabilidade para que nós possamos no momento em que assumimos compromisso cumprir e honrar com ele”.

MARCIO MIRANDA (DEM)

REUNIÃO NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2018

O Democratas (DEM) realizou convenção no dia 5 de agosto e anunciou Márcio Miranda como candidato a governador do Pará e o deputado José Megale como candidato a vice-governador.

Nascido na cidade mineira de Pavão, em 19 de agosto de 1957, Márcio Desidério Teixeira Miranda veio para o Pará ainda menino, acompanhando os pais, pequenos produtores rurais.

Aos 60 anos, em 2015, foi reeleito presidente da ALEPA e, em 2017, foi novamente eleito para presidir a Assembleia Legislativa, ocupando o cargo pela terceira vez consecutiva.



RELATÓRIO

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO PARÁ
(91) 99200-8388 | ADPEP@ADPEP.ORG.BR
WWW.ADPEP.ORG.BR

MARCIO MIRANDA:

“

**NOSSA MISSÃO
SERÁ LEVAR UM
DEFENSOR
PARA CADA
MUNICÍPIO**

”

O candidato Márcio Miranda disse que seu compromisso será fortalecer a Defensoria Pública. "Como deputado, trabalhei pela autonomia da instituição, além de termos encaminhado o plano de carreira dos Defensores. Por isso, com muita tranquilidade e convicção venho aqui hoje e posso afirmar, com total sinceridade e clareza, que meu compromisso com a Defensoria Pública não é de hoje e continuará sendo à frente do Governo do Pará".

Márcio Miranda disse, ainda, que vai trabalhar para garantir execução orçamentária ao órgão, fortalecer a autonomia já conquistada e aumentar o número de Defensoras e Defensores em todo o Estado. Para ele, o Defensor Público é "uma das mãos do Estado mais próximas de quem mais precisa".

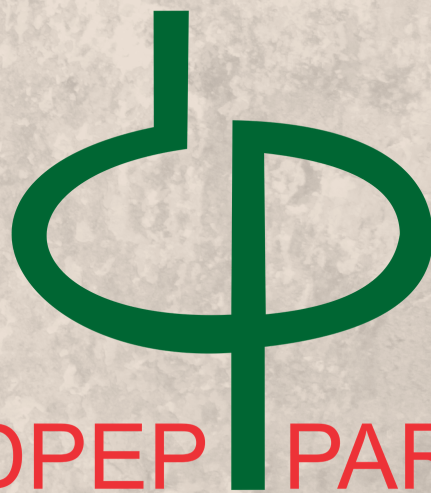
A Presidente da Associação, Mônica Belém, disse que os Defensores reconhecem o esforço do candidato, como deputado estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), à frente dos projetos de interesse institucional da Defensoria Pública para melhorar e aumentar o atendimento oferecido à população.

"Estamos entregando uma carta com reivindicações para os candidatos e alguns questionamentos para compreender melhor a posição de todos sobre alguns temas que são importantes para nós e julgamos importante esse compromisso assumido pelo Márcio Miranda", disse a Presidente.

"É necessário estreitar as relações, chamar as prefeituras. O governo do Estado não pode se furtar desta missão, dialogar com o judiciário, dialogar com o Ministério Público, em um amplo diálogo, e até mesmo a própria OAB, para nós termos como meta manter no mínimo um Defensor em cada município", disse Márcio Miranda.

"Eu já dei demonstrações de que estou do lado da Defensoria Pública aprovando o PCCR da categoria, já dei demonstrações instituindo a autonomia para a Defensoria Pública. Além disso, o nosso governo terá uma forte bandeira social. A nossa grande bandeira será o maior programa social que o Pará já viu. E o que a Defensoria Pública faz hoje, é um belo trabalho social".

"O nosso trabalho como governador será ter a condição de levar um Defensor para cada município do estado do Pará. Isso é muito importante. Vai ao encontro da preocupação da Associação dos Defensores Públicos do Pará. É isso que nós também queremos. Vamos estreitar esse diálogo, vamos chamar a Defensoria Pública e estreitar", disse Márcio Miranda.



ADPEP PARÁ

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS
DO ESTADO DO PARÁ